

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA
PISCICULTURA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO
ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, MADALENA-CE**

Áricles Fernandes de Queiroz¹
Maria Lucia de Sousa Moreira²
Francisco Casimiro Filho³

Resumo

Este trabalho buscou analisar a organização e comercialização da atividade de piscicultura em tanques-rede, implantada e acompanhada pelo DNOCS em parceria com o MST, na comunidade Quieto I, no assentamento São Joaquim/25 de Maio, Madalena/CE. Para a compreensão de todo o processo de desenvolvimento da piscicultura no estudo de caso se fez necessário um estudo teórico da atividade no contexto da agricultura familiar e do agronegócio. Conversas informais, individuais e coletivas, oficinas, bem como reuniões e assembleias também fizeram parte do levantamento de dados complementando assim a metodologia utilizada para discussão da piscicultura e compreensão da formação da organização do trabalho coletivo para a atividade nas comunidades Quieto I e II, no assentamento 25 de Maio. As conversas informais facilitavam a descontração e confiança dos assentados para fornecerem as informações necessárias à pesquisa. No processo de organização da atividade um grupo coletivo foi formado sendo composto na sua maioria por jovens de famílias assentadas distintas das duas comunidades, jovens estes que antes não tinham oportunidades nos projetos produtivos do assentamento. Tendo em vista que os maiores entraves dessa atividade nos assentamentos, são a organização, assistência técnica, linhas de crédito e principalmente a comercialização que tem o desafio do escalonamento de produção e produção de produtos de valor agregado. Esta pesquisa resolveu por bem analisar a atividade na questão da organização para a mesma e como se realiza o processo de comercialização. A atividade, após a conclusão do projeto, se mostrou não somente como geradora de alternativa de renda e de alimento de qualidade como também mediadora da organização dos grupos coletivos de produção no assentamento em questão.

Palavras-chave: Piscicultura; Agricultura familiar-camponesa; Assentamentos rurais;

1 Introdução

No Brasil, a agricultura familiar tem se desenvolvido a partir de um conjunto complexo de sistemas de produção, agregando várias culturas e criação de animais, tanto para consumo da família quanto para o mercado. A piscicultura como atividade no meio rural surge inicialmente como uma alternativa visando complementar as receitas da família e como fonte de proteínas em comunidades mais pobres, mediante a produção de peixes em pequena

¹ Enga. de Pesca; B. Sc em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo/UFC; aricles6@hotmail.com

² Profa. Assistente II do DEA/CCA/UFC, M.Sc em Extensão Rural pela UFV; malu@ufc.br

³ Prof. Adjunto III do DEA/CCA/UFC; D.Sc. em Economia Aplicada pela ESALQ/USP; casimiro@ufc.br

escala para o consumo direto doméstico da população em zonas rurais e urbanas. (CONCRAB, 2004a).

As tentativas visando estabelecer o cultivo de peixes como uma alternativa para a alimentação no meio rural, começou há algumas décadas, com a introdução em nosso país de espécies como: carpas, trutas, tilápias e de outros peixes (LIMA, 2005).

A prática da pesca como uma atividade cultural nos assentamentos, atividade essa que complementa a renda em muitos casos e serve como fonte de proteína animal na mesa do assentado, facilita a introdução da discussão sobre a piscicultura e a reflexão sobre as especificidades da mesma. Entendendo-se a pesca, fica mais fácil se construir uma piscicultura condizente com a realidade dos assentamentos, pois, as dificuldades encontradas na pesca, provavelmente irão aparecer na piscicultura, como por exemplo, os corpos hídricos como espaços coletivos de produção, as linhas de créditos adequadas à atividade, o processo de comercialização entre outros.

A piscicultura possui características bem particulares quanto à capacidade de conferir maior ou menor competitividade à atividade produtora familiar. Nesse sentido é importante um acompanhamento mais minucioso da mesma nos assentamentos rurais, a fim de que a atividade possa se desenvolver com todo o seu potencial, de maneira a se tornar realmente sustentável social, econômica e ambientalmente complementando de fato as outras atividades, sendo adequada a realidade dos assentamentos e não um modelo alienante à agricultura familiar.

Sensível a essas particularidades da atividade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Ceará resolveu contratar uma engenheira de pesca dentro da equipe de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES), para melhor compreender a atividade nos assentamentos e a partir dessa compreensão desenvolver a piscicultura nos assentamentos do Estado do Ceará. Assim, baseando-se na situação apresentada, este trabalho tem intenção de analisar os entraves para o desenvolvimento desta atividade, bem como apontar estratégias ou alternativas organizacionais que poderão facilitar a solidificação dos projetos na atividade de piscicultura nos assentamentos de reforma agrária.

A questão básica é: quais os fatores envolvidos num processo de implantação de um projeto de piscicultura em uma realidade de assentamentos? Conseqüentemente pretende-se contribuir para a formação dos assentados nas questões de organização do trabalho coletivo, da visão de mercado, para a atividade de piscicultura, tentando assim apontar um possível modelo de piscicultura familiar que possa ser desenvolvido pelos assentamentos do Ceará,

respeitando as dificuldades impostas pelas políticas públicas, à cultura dos assentados, seus desejos, condições físicas e limitações da assistência técnica.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação da piscicultura familiar tendo em vista o modo de organização do trabalho coletivo para essa atividade, bem como o escoamento da produção no assentamento São Joaquim situado no município de Madalena no estado do Ceará.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada no assentamento São Joaquim localizado no município de Madalena no Estado do Ceará. A desapropriação da área ocorreu através do decreto nº 92.875, em 30.06.86. No entanto, a emissão de posse se deu somente três anos depois, em 09.06.89, após a solução das pendências judiciais entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o proprietário do imóvel. O fator determinante da desapropriação foi a ocupação da área por 346 famílias, vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, ocorrida em 25.05.89, razão pela qual o projeto também é conhecido por Assentamento 25 de Maio, nome dado pelos assentados e que caracteriza a sua luta pela terra conquistada, embora o INCRA o denomine de São Joaquim, o antigo nome da propriedade. Devido à razão da luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, neste trabalho em respeito e simpatia a esta luta resolvemos trabalhar com o nome de luta do assentamento e não o adotado pelo INCRA, no caso usou-se o nome 25 de Maio.

O Assentamento 25 de Maio, cuja área abrange os Municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem, ocupa uma área de 22.992,5 hectares e possui 424 famílias cadastradas, organizadas em dez comunidades, que compõe dezoito entidades (quinze associações, uma cooperativa, um grupo de mulheres e um conselho), sendo o maior assentamento do Estado, tanto em área como em número de famílias assentadas é também considerado um dos maiores do Brasil (VIEIRA, 2005). O Assentamento possui boa infraestrutura hídrica, que permite essa subdivisão de áreas, constituída de quinze reservatórios de pequeno, médio e grande porte, sete riachos de ciclo temporários, além de córregos que se originam desses mananciais.

Os maiores açudes do Assentamento São Joaquim estão localizados na comunidade de Quieto (16.800.000m³), São Joaquim e Paus Branco, com 5.000.000m³ cada um e o restante variando 400.000 a 2.500.000m³ (INCRA,1994 e PINHEIRO, 2004). O Quieto é dividido em

duas comunidades, Quietos I e Quietos II, que foram as comunidades envolvidas diretamente no projeto de piscicultura.

Desejava-se investir numa pesquisa de cunho participativo e isso foi decisivo na escolha do instrumental metodológico. Dessa forma, a pesquisa se projetou na realidade cotidiana das famílias assentadas cuja intencionalidade era a de ouvir a voz dos sujeitos que fazem a história do assentamento. Optou-se então pelo estudo de caso que, segundo TRIVIÑOS (1987), dentre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, talvez este seja um dos mais relevantes, e se constitui de uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

Para BOGDAN e BIRTEN (1982), citado por, TRIVIÑOS (1987), existem vários tipos de estudos de caso. Essa pesquisa, especificamente trabalha com o estudo de caso observacional que, segundo esses autores, se constitui de uma categoria típica da pesquisa qualitativa que tem como uma das mais importantes técnicas de coleta de informações, a observação participante.

O foco da pesquisa, portanto, foi a piscicultura como uma atividade não só econômica mais também social dentro da realidade de um assentamento rural.

A coleta de dados se deu inicialmente através de um levantamento bibliográfico de temas relacionados à temática, nas Universidades, no INCRA, MST, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, Secretaria de Agricultura de Madalena e Quixeramobim.

Conversas informais, individuais e coletivas, oficinas, bem como reuniões e assembléias também fizeram parte do levantamento de dados complementando assim a metodologia utilizada para discussão da piscicultura e compreensão da formação da organização do trabalho coletivo para a atividade nas comunidades Quietos I e II, no assentamento 25 de Maio.

Quanto às oficinas apenas uma foi realizada, devido à dificuldade de reunir os assentados. A oficina realizada teve como objetivo a avaliação do estágio de vivência do programa residência agrária e para que os assentados falassem do que pensavam sobre o projeto de piscicultura em andamento e da assistência técnica.

A entrevista aberta usava uma pergunta geradora e a partir da resposta da mesma surgiram outras perguntas e questionamentos, as entrevistas eram individuais, ou em duplas, trios deixando os assentados bem à vontade.

As reuniões e assembléias serviram de instrumento para se obter elementos sobre o desenvolvimento da construção da organização da atividade de piscicultura, possibilitaram

também a percepção dos conflitos e dificuldades nas relações interpessoais que reflete e sempre irá refletir nos processos contínuos de organização.

As assembléias eram as assembléias das comunidades Quietos I e II, as reuniões foram realizadas não só com as duas comunidades, como também depois de o projeto implantado com o grupo coletivo da piscicultura, nos espaços que buscavam resolver os desafios conforme os mesmos iam aparecendo.

Das 62 famílias que vivem nas comunidades Quietos I e II, do assentamento 25 de Maio, envolveram-se no processo de pesquisa, 18 jovens vindos cada um de famílias distintas, que participam do grupo de piscicultura, selecionados coletivamente num processo de discussão em reuniões e assembléias já realizadas. Este foi o grupo pesquisado, bem como para somar informações, foram também utilizados depoimentos de assentados e técnicos.

3 Resultados e discussão

Foram várias as etapas do projeto de piscicultura implantado no assentamento 25 de Maio, e esta pesquisa, durante sua realização, pode acompanhar parte delas. Essas etapas foram:

- Escolha da área de implantação do projeto, onde o técnico do DNOCS, acompanhado da especialista da ATES, verificou os parâmetros físico-químicos da água, a direção dos ventos, colheu informações com os pescadores sobre o açude, verificou o acesso por estradas, entre outros detalhes, então após a capacitação os tanques-rede foram implantados com a participação do coletivo de piscicultura em processo de formação. Verificado a área para implantação das estruturas do projeto, o técnico do DNOCS acompanhado da especialista da ATES/MST informou em uma reunião a data da capacitação e condições para permanência das estruturas na comunidade. Dias depois, aproximadamente trinta pessoas, participaram da capacitação técnica, onde aprenderam sobre noções de manejo, sanidade e cálculos sobre os custos de produção.

- Na fase de berçário dos oito tanques berçários dois foram estocados com 5.000 alevinos revertidos de tilápia, que permaneceriam por dois meses, até atingir o peso médio de 40gramas a serem distribuídos aos oito tanques de engorda. Seria feito esta estocagem todo mês até estarem os 32 tanques-rede estocados, garantindo assim uma despesa mensal de 8 tanques-rede, com um média de produção de aproximadamente 400kg de peixe por tanque-rede. Porém, devido à falta de cumprimento nos prazos da entrega dos alevinos e da ração,

bem como o rompimento de todos os tanques berçários, o escalonamento da produção foi prejudicado.

- A engorda era para ser iniciada dois meses após a implantação do projeto, sendo estocados os tanques-rede com 900 a 1000 alevinos cada tanque vindos dos berçários, porém só a primeira estocagem foi bem sucedida.

- A despesca e a comercialização: A despesca foi realizada a medida que o peixe foi vendido aos atravessadores em pequenas quantidades, portanto, havendo a necessidade de arrazoar os peixes que chegaram quase a um quilo. Isso teve como consequência uma elevação nos custos de produção, tendo o grupo uma redução nos ganhos. Além disso, os peixes ao serem colocados a venda com esse peso, fizeram com que o atravessador quisesse comprar o produto futuro sempre com essa característica e por um preço relativo menor. O quilo do peixe eviscerado foi inicialmente vendido a R\$ 2,60, preço esse que mal pagava os custos de produção. Essa produção era vendida para atravessadores e apenas uma pequena parte vendida para as famílias assentadas.

3.1 Organização coletiva da atividade de piscicultura

A construção da organização da atividade de piscicultura teve por base a organização do assentamento. Como a organização do assentamento é diversa e cheia de particularidades por comunidade, foi um desafio a construção da organização dessa atividade, ainda mais considerando os conflitos existentes, o recurso hídrico como um bem indivisível e coletivo e ainda o grande interesse das diversas comunidades em se criar peixe. Assim, com a participação dos assentados interessados, da assistência técnica comprometida e da militância conhecedora da realidade local, aos poucos essa organização da atividade foi e continua constantemente sendo construída.

A técnica especialista na área se articulou com a assistência técnica local e militância e começou a visitar as diversas comunidades buscando conhecer o potencial físico do assentamento e expectativas dos assentados para essa atividade. Foram realizadas algumas reuniões com participação dos interessados nas várias comunidades, além da participação da técnica na reunião do conselho do assentamento, para esclarecimentos sobre a atividade e consulta ao conselho sobre as possibilidades de implantação de projetos de piscicultura.

O critério de escolha foi pelo maior interesse da comunidade, pela proximidade das residências do açude de maior volume do assentamento e pelas condições de infra-estrutura existentes. Estes critérios foram definidos, não pela assistência técnica dos assentados e, sim

pelo técnico do DNOCS responsável pela implantação do projeto. Com base nesses critérios foi definida a comunidade do Quieto para ser a comunidade beneficiada com o projeto.

Definida a comunidade, novas discussões foram feitas, agora na própria comunidade Quieto, visando definir quem seriam as pessoas que conduziriam o projeto. Chegou-se a um acordo e opinião comum, que os beneficiados diretos com o projeto seriam os jovens das duas comunidades e que os mesmos contribuiriam com uma porcentagem do lucro da venda dos peixes para suas respectivas associações. Assim, o grupo coletivo de piscicultura foi formado com 21 jovens que logo, se reduziu para 18 e hoje com a interrupção temporária do projeto existem apenas 12 jovens.

Este grupo coletivo tinha uma maneira de se organizar, bem dinâmica, num processo de construção constante. A liderança era rotativa, para que todos se sentissem mais responsáveis e comprometidos com o grupo. O grupo contribuía com 5% da renda para as associações das duas comunidades, no caso, Quieto I e Quieto II, sendo a contribuição proporcional ao número de participantes de cada comunidade.

Na divisão do trabalho os mesmos se subdividiam em dois grupos de quatro e dois de cinco para o manejo e vigilância do projeto, trabalhando os subgrupos a cada cinco dias, o que não impedia que os participantes ajudassem suas famílias em outras atividades produtivas, ou se dedicassem ao lazer e aos estudos. Com o passar do tempo, com a definição das habilidades de cada um, foi tirado de cada grupo uma pessoa para o manejo e os demais para a vigilância, o que melhorou a condução do projeto.

Porém, a organização da atividade não se limitou à formação do grupo coletivo da piscicultura. Serviu também para mediar a relação dos assentados com o açude, onde os mesmos discutiram nas diversas reuniões, as questões de preservação dos recursos hídricos, com a intervenção técnica informando sobre os diversos problemas ambientais relacionados com o uso adequado ou não da água; nas plantações, saneamento e uso doméstico, bem como a pesca realizada no assentamento. Com isso os assentados mudaram um pouco a maneira de ver e tratar os recursos hídricos, começando a se preocupar mais com o tratamento dado aos mesmos, buscando levar a discussão para o espaço das escolas do assentamento, questionando as implicações com a saúde e até mesmo buscando organizar melhor a pesca que até então não era discutida, só criticada ou ignorada.

Os envolvidos diretamente no projeto de piscicultura em tanques-rede demonstraram uma satisfação considerável no momento em que foram consultados, logo depois da realização da primeira despesca, os mesmos colocaram que a atividade é mais leve do que o trabalho na roça, bem como, que o retorno vem mais rápido. Percebe-se que o fato de que na

piscicultura se poder ter uma renda mensal, enquanto na roça esta renda só é possível uma vez por ano, influi na satisfação do grupo nesta atividade.

A atividade proporciona para alguns uma alternativa de renda para as suas famílias. Como a maioria dos integrantes do grupo de piscicultura são os jovens, eles se sentem motivados, esperançosos com essa oportunidade de fazerem parte da produção do assentamento, tendo o reconhecimento e o apoio dos assentados adultos.

Alguns jovens colocaram que trabalhar na piscicultura era como um lazer para eles. Observa-se que isto se deve ao fato de que familiares e amigos curiosos, vinham conversar e pescar, assar o peixe capturado na margem do mesmo açude, o que para cada participante do coletivo era um momento de confraternização com os companheiros do grupo e os demais que vinham visitar. A casa de apoio à margem do açude era também um espaço de exercício do companheirismo e da solidariedade, onde à noite cantavam e contavam estórias.

3.2 Escoamento da produção

Na comercialização o grupo coletivo enfrentou muitos desafios, que acabaram por resultar na interrupção temporária da atividade. Logo, no início do projeto o grupo coletivo de piscicultura tinha muito medo de que com a chegada do inverno e com os peixes tendo atingido peso médio de 500g, de que uma grande mortalidade ocorresse e eles perdessem boa parte da produção, ou até mesmo toda a produção.

Com isso na primeira despesca o grupo vendeu a produção por partes para o atravessador, a preços que mal cobriam os custos de produção, gerando depois outro problema. Uma vez tendo vendido o quilo do peixe a um determinado preço, os atravessadores que compraram a este preço não queriam mais pagar o preço reajustado pelo grupo, gerando falta de credibilidade do grupo e dificuldade de venda do pescado a um preço mais justo.

A falta de credibilidade junto aos atravessadores seria positiva, se o grupo coletivo, tivesse a iniciativa de vender o pescado direto ao consumidor final, o que não aconteceu apesar dos esforços da assistência técnica. Essa falta de iniciativa para a comercialização, talvez seja reflexo da cultura do camponês que conforme CONCRAB (2004), não tem a produção voltada para o mercado e sim para a subsistência e o excedente para o mercado local, o que parece ser o caso do Quieto. Também se deve ao desânimo frente ao novo desafio, de construção de uma identidade com os trabalhos de comercialização, conforme

também observado por PETTI (2003), em sua pesquisa com os jovens no assentamento Sumaré I em São Paulo.

Logo, a atividade de piscicultura em tanques-rede que veio num modelo que a produção é voltada exclusivamente para o mercado e não para a subsistência com venda do excedente, precisa de uma organização para as comercializações urgentes, que prepare o grupo coletivo para a lógica deste modelo ou que adéque à lógica do camponês, necessitando assim de um especialista em comercialização como também sugerido por PETTI (2003) em sua pesquisa.

A falta de escalonamento na produção foi causada devido aos insumos do projeto que não chegaram a tempo hábil, devido a problemas internos na organização do DNOCS na região do Amanary e dos assentados que não tinham recurso para ir buscar esses insumos.

Além dos insumos, os berçários do projeto, adquiridos via licitação pelo órgão DNOCS, todos rasgaram tendo proporcionado não só uma perda de produção como contribuiu significativamente na falta de escalonamento da atividade de piscicultura, mostrando assim, as amarras do sistema para gerar total dependência ao mesmo, ou fracasso resistindo a ele.

A organização para a formação de uma rede cooperada de comercialização entre os assentamentos que estão envolvidos na produção do pescado pode ser a alternativa para acabar com a total dependência ao sistema capitalista e a construção da sustentabilidade econômica da atividade.

4. Conclusões

Considerando as particularidades da agricultura familiar-camponesa e as discussões realizadas em todo o processo de formação e de construção da atividade de piscicultura na realidade de um assentamento rural, a piscicultura realizada no assentamento 25 de Maio apesar de ter sido implantada no modelo do agronegócio, com todo um pacote que não respeita as particularidades do assentamento é considerada como um sucesso, uma vitória no assentamento.

Pois, a atividade gerou interesse dos jovens pela produção no assentamento, participação dos assentados no processo de discussão, mudança no olhar dos mesmos em relação aos recursos hídricos, iniciou o processo de discussão para organização da pesca, trouxe mais informações, esperança para os assentados que não mais acreditavam nos projetos, aproximação entre as duas comunidades diretamente envolvidas, construção de uma alternativa de coletivo no espaço hídrico, contribuição porcentual do lucro com suas

respectivas associações, estímulo a formação de outros grupos coletivos como o processo de formação das mulheres.

Para os assentados a atividade é considerada viável, pois gera alimento e alternativa de renda, apesar da pouca margem de lucro. Os mesmos inclusive continuarão o projeto com recursos, via linhas de crédito e buscarão vencer os gargalos da mesma, em busca da piscicultura mais adequada possível a realidade do assentamento. Sendo um processo de construção e ajustes contínuos.

A organização não foi eficiente, mas foi iniciada a sua construção, podendo ser melhorada ao longo do tempo, pois afinal o tempo da comunidade não é o tempo de um projeto de Governo. A organização existente pode avançar na construção de uma piscicultura adequada à realidade dos assentados, uma vez que na organização já teve algum avanço quando se compara a realidade atual com o início do projeto.

A atividade no assentamento ainda é dependente das políticas públicas que não são muito favoráveis à realização da atividade, nem mesmo no modelo imposto pelo agronegócio, muito menos no modelo idealizado pelos assentados na lógica da piscicultura familiar, buscando seguir as bases da agroecologia.

A piscicultura precisa ser mais discutida na base, levando em consideração não só o potencial físico como também o humano, para que a atividade tenha um maior desenvolvimento, dentro do desejado pelos assentados.

5. Referências bibliográficas

BOGDAN, Robert C. & BIRTEN, S. K. Qualitative research for education; an introduction for to theory and methods. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253 p., p. 27-30.

CONCRAB. “A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária”. Caderno de cooperação agrícola n°11. Brasília, 2004.93p.

CONCRAB. “Possibilidades de desenvolvimento da piscicultura em assentamentos de reforma agrária da região centro-sul-estudo de casos”. Caderno de cooperação agrícola n°12. Brasília, 2004a. 91p.

INCRA/CE. Relatório do PA São Joaquim, 2004.

LIMA, Ticiania de Brito. Engorda da tilápia do Nilo, *Oreochromis niloticus*, L.1766, Linhagem Chitralada, em tanques de alvenaria, no sítio shalom(Tabuba, Caucaia, Ceará). Monografia apresentada no Departamento de Engenharia de Pesca, Fortaleza, UFC, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

PETTI, Regina H. V. et al. Comercialização em cooperativa de produtores rurais: Perspectivas dos jovens no assentamento de Sumaré I. Informações Econômicas, SP, v.33, n.5, maio 2003.

PINHEIRO, F. D. Açudagem particular em cooperação no Ceará. Fortaleza:DNOCS, 2004.736p. (Série comViver, 1).

VIEIRA, Clarissa Maria Telles. Gestão Coletiva de recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária: o caso São Joaquim, Madalena- CEARÁ. UFC. Fortaleza, 2005.